

Tropas de Índios e Tapuias: Inserção e atuação de grupos indígenas nas Tropas militares da conquista do Assú em fins do século XVII

Diego Barreto Azevedo

Graduando em História, UFRN

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal, UFRN

diegoazevedo42@hotmail.com

Introdução

Entre 1680 e 1720, as Capitanias do Norte vivenciaram um período denominado pela historiografia clássica como Guerra dos Bárbaros. Segundo a interpretação desta vertente historiográfica, durante este período de 40 anos, diversos grupos indígenas fizeram aliança entre si, a fim de resistirem e combaterem os conquistadores portugueses. Historiadores como Francisco Borges de Barros e Pedro Calmon, entre outros, falavam em Confederação dos Cariris. Historiadores como Pedro Puntoni (2002), contestam esta vertente. Na sua análise, a interpretação tradicional da conhecida “Guerra dos Bárbaros” trata-se de uma generalização, tanto do conflito, quanto das povoações indígenas. Puntoni concorda com interpretações como a de Cascudo, que, segundo o próprio historiador, entende o processo como uma série de conflitos sem planejamento comum entre as nações e sem uma chefia central.

A ribeira do Assú, fronteira entre as capitanias do Rio Grande e Ceará, protagonizou parte destes conflitos. O desenvolvimento da colonização na região volta a acontecer, após a invasão holandesa, por volta dos anos de 1650, com o governo do capitão-mor Antonio Vas Godim. (SILVA: 2015)

Já na década de 60 do século XVII, o aprisionamento de dois filhos do principal dos Janduí teria iniciado desavenças entre colonos e indígenas. Em fins da década de 80 do mesmo século, o levante indígena contra as populações de colonizadores só aumentava, e por consequência, o envio de tropas para a região também ganhava proporções maiores. É nesse contexto que o Terço dos Paulistas, em fins do século XVII, entrou na guerra do Assú.

Na busca de compreender quem era estes soldados da guerra do Assú, foi feito um levantamento e análise da documentação do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) referente a este período. Foram levantados em torno de 90 documentos entre

Assentos e Baixas de patente entre 1698 e por volta de 1710. Desta amostra de 90 soldados, 36 deles eram índios (entre aldeados diversos e tapuias de algumas nações). Diante desta considerável quantidade de indígenas em meio às tropas militares da Coroa faz-se necessário entender que tipo de Tropa era esta, como ela estava organizada, qual sua hierarquia, a quem ela se submetia, e quem são estes indivíduos que nela assentavam.

A documentação de Assentos e Baixas de 1698 e 1699 – IHGRN: Terço, Companhias e Tropas indígenas desconhecidas.

A organização do arquivo do IHGRN, em um primeiro momento, leva a crer que toda a documentação analisada faz referência ao Terço dos Paulistas, organização militar do século XVII-XVIII que por volta de 1698 tem como seu novo Mestre de Campo¹ Manuel Alvares de Moraes Navarro, este que iria assumir a liderança do Terço dos Paulistas nas Campanhas e Bandeiras do Assú.

Um Terço militar seria a organização mais abrangente da estrutura e hierarquia militar das Tropas pagas e das Ordenanças² deste período. Dentro dele, haveriam diversas Companhias, e dentro de cada Companhia, haveriam Esquadras.

Como dito, analisou-se 90 registros de soldados entre Baixas e Assentos, dentre eles, 36 índios. Nos documentos estão registradas diferentes datas e assinaturas, o que leva a crer que eram consultados e atualizados conforme necessidade. Dentre as datas estão os Assentos, ou seja, a matrícula do soldado na Companhia, assim como, datas de baixa e promoções de postos. Interpreta-se por isso, que tanto o Assento, quanto as Baixa do soldado, eram registradas, neste período, no mesmo documento.

¹ Segundo Christiane Figueiredo Pagano de Mello (2012), o Mestre de Campo era o indivíduo que assumia o comando de um Terço. Geralmente, teriam sido anteriormente Sargento-mor, ou ajudante do Mestre de Campo anterior. Manuel Alvares de Moraes Navarro, citado acima, teria sido, como expos Tiego Franklim da Silva (2014), Sargento-mor do Terço dos Paulistas.

² Mello (2012) afirma que as Tropas pagas no Brasil colonial eram, além de pagas, ou seja, seus soldados recebiam soldo mensal, tratavam-se de tropas profissionais e permanentes. Além disso, recrutava-se na Colônia entre os homens livre. Já Kalina Vanderlei Silva (2001), expõe que no Regimento das Ordenanças, as Tropas deveriam ser organizadas em 10 esquadras de 25 homens cada. Sendo que a cada dez Esquadras se formava uma Companhia. Sabemos que a cada dez Companhias se formava, enfim, um Terço.

Quadro 1 – Quantidade de indígenas nas Tropas do Assú em comparação com outros grupos

Etnia	Número	%
Indígena	36	40%
Negro	3	3.33%
Outros (brancos, mulatos e indefinidos)	51	56.66%
Total de soldados na amostra	90	100%

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

O texto central de cada documento, no geral traz o nome do soldado, a sua origem, a data do assento, o soldo por mês, o livro e a folha no qual está registrado o soldado. Além disso, há a assinatura da autoridade que se julga ser responsável pelo assento. Em alguns poucos casos, após seu nome, e seu local de origem, há também os dados de sua idade, de sua filiação e de sua fisionomia. Interpreta-se que estes soldados com fisionomia descrita tratavam-se de indivíduos com alguma importância dentro da sociedade, como o caso dos filhos do Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo. Em caso de o indivíduo ter um posto acima de “soldado”, esta informação pode ter sido inserida no corpo do texto, em geral, após a descrição da fisionomia, ou a informação pode encontrar-se abaixo do texto central. Se tiver havido promoção de cargo, da mesma forma, esta informação encontra-se abaixo do texto central, por vezes, referenciando a uma data posterior a data do assento no texto central. O que leva a supor que, talvez, os documentos que tragam informações do posto ocupado na margem inferior ao texto, se tratem, na verdade, de promoções. Não se sabe, até o momento, qual era o rigor que se tinha para manter a estrutura desta documentação para que se tenha uma interpretação mais consistente. Em caso de transferência para outra companhia, a informação se encontra, da mesma maneira, na margem inferior do texto central.

Nas margens laterais, quando o documento se trata de uma Baixa, em geral, existem as motivações para tal, assim como o ano da saída. Há também o local de atuação do soldado, e em alguns casos, o Socorro³ recebido. Se o soldado não recebeu Baixa e sim uma Licença para se ausentar do serviço, tal informação também aparece nas laterais.

³ Dentre os significados de Socorro no Bluteau, encontra-se o socorro como auxílio financeiro. Interpreta-se para a documentação analisada que se tratava de um valor que custeava mantimentos, fardas e munições.

Ao se fazer uma análise mais cuidadosa da documentação, percebe-se que apenas sete de 90 soldados estavam certamente matriculados no Terço dos Paulistas. Uma porcentagem de apenas 7,7% de soldados do Terço em um arquivo que em um primeiro momento parecia tratar de apenas soldados dos Paulistas. Os outros documentos não trazem referência a que Terço os soldados fazem parte.

A documentação, no entanto, informa a que Companhias estes soldados pertenciam. Dos 90 documentos, apenas 10 fazem referência a alguma Companhia específica. A documentação informa sobre os seguintes Capitães de Companhia:

Quadro 2 – Capitães de Companhia encontrados na documentação e que pertenceram ao Terço dos Paulistas

Capitão da Companhia	Terço a qual pertence
Antonio Gago de Oliveira	Manuel Alvares de Moraes Navarro (Terço dos Paulistas)
Antonio Raposo Barreto	Manuel Alvares de Moraes Navarro (Terço dos Paulistas)
Francisco [Fajando] de Barros	Manuel Alvares de Moraes Navarro (Terço dos Paulistas)
Salvador de Amarin	Manuel Alvares de Moraes Navarro (Terço dos Paulistas)
Theodózio da Rocha	Manuel Alvares de Moraes Navarro (Terço dos Paulistas)

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Quadro 3 – Capitães de Companhia encontrados na documentação, mas sem referência a que Terço pertencem.

Capitão da Companhia	Terço a qual pertence
-----------------------------	------------------------------

Bento Nunes	
Francisco Lemos Matozo	
Francisco Ribeiro Garcia	
José de Moraes	
Manoel da Mata	

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Como é possível observar, dentre os dez capitães mencionados, apenas cinco trazem consigo a informação referente ao Terço. Portanto, para afirmar que esta amostra de 90 soldados pertence ao Terço dos Paulistas, seria preciso confiar que o arquivo do IHGRN manteve sua unidade ou buscar confrontar a documentação com outros estudos. Puntoni (2002), afirmou que o Terço dos Paulistas neste período seria dividido em 10 Companhias, sendo que o Mestre-de-Campo do Terço seria Capitão da sua própria, restando 9 para outros Capitães. Ainda segundo o historiador⁴, o Terço seria dividido entre os seguintes Capitães, “Manuel Alvares de Moraes Navarro (Mestre-de-Campo e Capitão de sua Companhia), Manuel da Mata Coutinho, Bento Nunes de Siqueira, José Porrata de Moraes Castro, José de Moraes Navarro, Antônio Raposo Barreto, Salvador de Amorim, Antonio Gago de Oliveira e Manuel Siqueira Rondón”, o que leva a crer que a maioria dos capitães mencionados, como Salvador de Amorim, ou mesmo Bento Nunes, que até então, não se sabia a que Terço pertencia, fizeram sim parte do Terço dos Paulistas.

Dentre toda a documentação analisada, nenhum dos 36 documentos dos indígenas faz referência a algum Terço ou Companhia específica. O que se tem é a informação “[...] senta praça de soldado nesta companhia [...]”, mas não sabemos, afinal, a que companhia os documentos se referem.

Poderíamos, ao menos, afirmar que estes soldados indígenas fazem parte do Terço dos Paulistas? Por mais que se possa confirmar que a maior parte dos capitães referenciados fizeram parte do dito Terço, dentre a documentação existem dois soldados que nos fazem duvidar, novamente, da unidade do arquivo.

⁴ Puntoni fez análise da “Lista dos soldados, do Terço do mestre-de-campo Manuel Alvares de Moraes Navarro (1698). IHGRN, caixa 89, e lista de assentos na companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho (1698). IHGRN, caixa 65”.

Os 90 soldados da amostra foram encontrados dentre 85 documentos. O documento de nº 62 desta amostra, revela que em 26 setembro de 1698 o Cabo de Esquadra Bernardo Vieira de Melo e o soldado Antonio Leitão Arnos, ambos, filhos do Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, assentaram em uma Companhia [não informada no documento] que servia na Campanha do Assú. O primeiro tinha 14 anos, o segundo 13. Ambos recebiam o soldo mais baixo, e que a maior parte dos soldados recebia 1866 reis por mês. Ambos têm registro no livro [2º a Folha 79]. O assento tem início em 1698, e estes indivíduos serviram até por volta de 1705. Porque a presença dos filhos do Capitão-mor nesta companhia durante o período citado coloca em dúvida a unidade da documentação? Alveal e Silva (2012) afirmam que, durante a campanha do Assú, Bernardo Vieira de Melo, Capitão-mor da Capitania do Rio Grande, que já tinha conflitos com o Terço dos Paulistas assentado na região do Assú, desenvolveu ainda mais discórdias com a chegada do Mestre-de-Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro.

No episódio do “Massacre do Jaguaribe”, em 1699, a rixa entre Manuel Álvares de Moraes Navarro e Bernardo Vieira de Melo ficou ainda mais evidente. O mestre de campo acusou o capitão mor de armar uma emboscada contra sua tropa com ajuda de dois de seus oficiais (Antônio da Rocha e Balthazar Gonçalves Ferreira), encarregados de colocar os índios da aldeia dos Paiacu contra os bandeirantes. (Alveal e Silva, 2002: p. 242-243)

Como os filhos do Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, inimigo do Moraes Navarro, poderiam estar inseridos no Terço dos Paulistas, visto tamanha desavença? Devido a esta questão em aberto, é que se interpreta que esta documentação, na verdade, não se refere apenas ao Terço dos Paulistas. Com esta interpretação quanto à inserção destes dois indivíduos no Terço, é preciso, portanto, duvidar de outros documentos da amostra sem informação sobre Companhias ou Terço a que pertencem.

Tropas de Índios e Tapuias: Inserção e atuação de grupos indígenas nas organizações militares da Campanha do Assú

Dentre a documentação referente aos soldados indígenas, nenhum documento faz referência direta a qualquer companhia ou Terço. Tem-se apenas o seguinte: “[...] é soldado nesta companhia [...]”, mas como pode-se duvidar da unidade do arquivo, não se sabe a que Companhia se referem os documentos. Por isso, ao menos com estas informações iniciais, não

fica claro a quem estes soldados indígenas estiveram servindo. É preciso, portanto, buscar outras informações em pesquisas futuras.

Dentre os soldados indígenas da amostra, tem-se o seguinte quadro de recrutamento para as campanhas do Assú nos anos de 1698 e 1699:

Quadro 4 – Relação de índios nas Tropas da amostra conforme origem

Nação/Aldeia – Capitania	Número	%
___/Guarajás – Rio Grande	10	27,77%
___/Guajurú – Rio Grande	8	22,22%
Nação Da Silva/Guarajás – Rio Grande	1	2,77%
Canindé/___ – Rio Grande	2	5,55%
Cariris/___ - Paraíba	12	33,33%
Índios sem referência	3	8,33%
Total de soldados indígenas	36	100%

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Quadro 5 – Relação ampla de índios nas Tropas da amostra conforme origem

Totalidade de índios	Número	%
Total de soldados de aldeias do Rio Grande	19	52,77%
Total de Tapuias entre Paraíba e Rio Grande	14	38,88%
Índios sem referência	3	8,33%
Total de soldados indígenas	36	100%

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Importante destacar que, dentro do levantamento feito, a maioria dos aldeados ou mesmo tapuias do Rio Grande foram recrutados em 1698, enquanto todos os Tapuias Cariris da Paraíba foram recrutados em 1699. Mas afinal, como ocorria o recrutamento destes indígenas? Poderiam estes índios pertencer a mesma companhia?

O recrutamento de tropas regulares era feito entre a população livre das capitanias e a princípio, todos eram obrigados a servir. Segundo Silva (2010), tentou-se em alguns períodos, regularizar periodicamente os recrutamentos, mas se trataram de iniciativas que não se mantiveram. No geral, recrutava-se de acordo com as necessidades da região. Os conflitos crescentes na região do Assú, justificavam o recrutamento. Mas porque indígenas, e como o recrutamento ocorria com eles?

Como exposto no quadro 5, deu-se preferência ao recrutamento de indígenas aldeados da própria Capitania do Rio Grande. Segundo Perrone-Moisés

Uma das principais funções atribuídas aos índios aldeados é a de lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra índios hostis e estrangeiros. Além dos índios das aldeias, são também chamadas a lutar nessas guerras "nações aliadas" cuja aliança deve ser reafirmada nos momentos em que há necessidade de grandes contingentes de guerreiros [...] Praticamente todas as vezes em que se fala de guerra, fala-se também na necessidade de convocar os "índios das aldeias" ou "tapuias amigos". (1992: p. 121)

Sobre o *status* jurídico destes soldados indígenas recrutados, de fato, todos os índios da amostra, com exceção daqueles que não foi possível extrair informações suficientes, tratam-se de índios forros. O que corrobora tanto com o tipo de indivíduo que seria recrutado para as Tropas pagas, apresentado por Kalina Silva (2001), ou seja, soldados eram recrutados entre homens livres, como também corrobora com o que apresenta Perrone-Moisés: índios recrutados para a guerra, tinham origem em aldeias ou em grupos de tapuias aliados, e, portanto, também eram livres. Porém, os soldados indígenas desta amostra, carregam consigo o status de forro, ou seja, em algum momento foram escravos. Tal informação abre espaço para o questionamento de porquê e quando eles foram alforriados. Teriam sido libertos com a condição que participassem dos conflitos? Esta questão não pode ser respondida com base apenas na documentação até então analisada.

Sobre as condições de recrutamento dos tapuias amigos, Lígio Maia (2010) apresenta que o recrutamento de tapuias aliados ocorria com bastante violência, especialmente, segundo o historiador, pelas práticas dos paulistas no sertão pernambucano. Estes paulistas tinham a prática de “[...] guardar a “bagagem” – mulheres e crianças dos tapuias que acompanhavam as

expedições – nas aldeias missionárias, como reféns. ” Puntoni (2002: p. 206-207) apresentou o caso do recrutamento de indígenas para as jornadas do sertão de Estevão Baião Parente em 1677. Por ordem do governador-geral, ordenava-se que se reconduzisse (recrutasse) os índios que fossem necessários, o que causou um levante em uma das aldeias de recrutados. Já em 1689, o historiador afirma que houve uma contenda entre Domingos Jorge Velho e o capitão-mor do Rio Grande, Agostinho Cezar de Andrade, em que se afirmava que o capitão-mor havia roubado a bagagem que o mestre de campo havia deixado na aldeia jesuítica.

Todos os indígenas da amostra, recebiam soldo⁵ de 1886 reis por mês, além do Socorro que servia para o custeio de mantimentos, vestimenta, etc., o que poderia ser uma motivação para o serviço militar. No entanto, segundo Silva (2010), uma característica do sistema militar e burocrático das tropas coloniais, eram os constantes atrasos do pagamento de soldos e fardamentos, de modo que o soldo talvez não fosse verdadeiramente uma motivação. No caso das tropas indígenas nas bandeiras do Assú, é sabido que receberam, ao menos, o Socorro, que em alguns casos era inclusive maior do que a soma do soldo recebido no tempo de serviço. De acordo com a documentação analisada, os tapuias Cariris, por exemplo, recebiam soldo mensal de 1886 reis por mês, mas em 4 meses que haviam andado nas Bandeiras do Assú, eram socorridos com 7464 reis. Em alguns casos, os soldados indígenas poderiam receber de Socorro uma quantia de mais de 20 mil reis. Não se sabe, porém, quem recebia este dinheiro, e como era repassado para os soldados indígenas.

Outra possível motivação para a permanência dos soldados nas tropas que também foi descartada eram as promoções de Postos. Enquanto na amostra de 90 soldados encontram-se Cabos de Esquadra e Alferes sendo promovidos para Sargento Supra ou de Número, e consequentemente, no caso do Sargento de Número, tendo um aumento do valor do soldo recebido, dentre a amostra de soldados indígenas não há referência a promoções. Na verdade, dentre a documentação de soldados indígenas, quase não há referência sequer a postos, com exceção de dois soldados da aldeia de Guajirú no Rio Grande. Em 1698, o Capitão Gaspar da Silva e o Alferes Thomé Dias, ambos índios-forro e assistentes na aldeia dos Guajirú [Guajirú]” sentaram praça de soldado em uma companhia que não foi referenciada nos documentos. Dentro da amostra analisada, seriam os únicos indígenas com uma posição um pouco mais elevada dentro da organização militar.⁶

⁵ O soldo, segundo o Bluteau, refere-se as “pagas do soldado”, ou seja, seu pagamento. Para a documentação analisada, interpreta-se que o soldo refere-se, especificamente, ao pagamento mensal.

⁶ Analisando a própria documentação, pode-se inferir, com base nas promoções de alguns soldados, a seguinte hierarquia militar: Primeiramente teria o “Soldado”; Em seguida viria o Alferes ou Cabo de Esquadra (por mais que se saiba que o Cabo de Esquadra é o chefe da Esquadra (O menor conjunto de soldados do Terço), ambos

O Capitão Gaspar da Silva, índio-forro e soldado de Companhia: Atuação de possíveis lideranças nas Tropas militares e na sociedade Colonial.

Diferente de qualquer outro Capitão das Companhias, que recebiam 7640 reis por mês⁷, Gaspar da Silva recebia a mesma quantia de 1886 reis, como qualquer outro soldado. Além disso, o documento deste indígena capitão é um tanto peculiar. Ele não segue a estrutura dos outros Assentos e Baixas, pois a informação que o descreve como Capitão, que deveria se encontrar abaixo do texto central, neste caso, antecede o prenome, de modo que temos “O Capitão Gaspar da Silva, índio forro [...]”. Outra particularidade desta documentação, é que não se faz referência a nenhuma Companhia do Capitão Gaspar da Silva. Ao contrário, a informação apresentada é que o Capitão Gaspar da Silva era “soldado nesta companhia”, ou seja, ele fazia parte da Companhia de outro Capitão. O que levanta outras questões: O posto de Capitão se tratava de um posto abaixo do Capitão da Companhia, ou era uma particularidade das tropas indígenas? Perrone-Moisés afirma que da administração das aldeias eram inicialmente responsáveis os jesuítas. No entanto, a Lei de 1611 manteve a jurisdição espiritual com os jesuítas, mas estabeleceu a criação de um capitão de aldeia, que seria morador e encarregado do governo temporal. (Perrone-Moisés p. 119). Seria Gaspar da Silva o Capitão da aldeia, ou ao menos um dos principais que haveria recebido a alcunha de Capitão? Maria Regina de Almeida (2001) dissertou sobre as lideranças indígenas na Colônia, e expôs como ser líder dentro da lógica colonial concedia a estes indivíduos alguns privilégios e inserções na Colônia.⁸ Fátima Martins Lopes (2005), por exemplo, expõe que algumas lideranças indígenas, participavam, inclusive, de instâncias políticas administrativas, como por exemplo, das Câmaras. Nesse sentido, seria ele uma grande liderança? Teria algum outro cargo além de Capitão? Haveria ele com isso, como propõe Almeida sobre estas lideranças, se

tinham a possibilidade de ascender ao próximo posto, sem a necessidade de que um Alferes se torne Cabo de Esquadra primeiro). Até então, todos mantinham o soldo de 1886 reis por mês; viria em seguida o Sargento Supra que passaria a receber 2283 reis por mês; por fim, ascendendo para Sargento de Número ou Numbramento, o soldo passaria a ser de 2700 reis por mês. Era possível ascender de Cabo de Esquadra ou Alferes para qualquer um dos dois postos de Sargento, mas também havia Sargento Supra ascendendo a Sargento de Número, o que revela que, ou não havia linearidade na hierarquia mais baixa das Companhias e Esquadras, ou os indivíduos que saíam de Cabo para Sargento de Número utilizavam de algum recurso para alcançar o posto. Os Capitães das Companhias, por sua vez, recebiam 7640 reis por mês, mas tratava-se de um posto com condições de ascensão próprias.

⁷ Como pode ser constatado na documentação analisada: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

⁸ Para Almeida, constituía-se “[...] uma nobreza indígena por meio da valorização das lideranças, nobreza indígena que podia estender seu prestígio a alguns portugueses [...]” (2001: p. 155)

distanciado de sua comunidade de origem? Ao adentrar no exército português seria capaz, inclusive de combater aos seus iguais em busca de uma melhor condição social na Colônia? Teria efetivamente os combatidos? São questões em aberto para serem respondidas em pesquisa futura. No entanto, sabe-se que, como exposto, o Capitão Gaspar da Silva não recebia mais que qualquer outro soldado, além disso, não apareceu em Mostra de 1705, o que se interpreta aqui como fuga, e revela o que pode significar, na verdade, seu distanciamento da sociedade colonial.

Teria ele alguma liderança na tropa em que fazia parte, ou estaria submetido até mesmo ao Cabo de Esquadra como qualquer outro soldado? Sendo ele um principal ou capitão da aldeia, mesmo não sendo Capitão da Companhia, teria ele conflito de lideranças da tropa com as outras autoridades militares? Mais uma vez, não é possível responder a estas questões sem antes encontrar outras documentações que façam alguma referência a estes indivíduos ou a estas situações.

É perceptível, porém, que não havia muitas motivações para a continuidade do soldado indígena no serviço militar que não fosse a manutenção de acordos prévios, que por vezes, consistiam em condições que utilizavam da violência, como o caso das táticas dos paulistas. Além da falta de motivação aparente, Puntoni afirma (2002, pag. 207) que em 1712, soldados tapuias haviam abandonado o terço dos paulistas devido “[...]as opressões que sofriam de outros soldados e “das dezenas de atrocidades [cometidas contra] tapuias casadas e solteiras”, o que pode ser uma possível justificativa para a fuga dos soldados indígenas das tropas desta amostra, que como pode ser observado nos quadros a seguir, era motivo majoritário para a Baixa entre os aldeados.

Na amostra de 36 soldados indígenas, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 6 – Motivo de Baixa entre os soldados aldeados da amostra

Motivo	Quantidade	%
Doente	2	9,09%
Não apareceu em mostra	14	63,63%
Ausente	1	4,54%
Fugiu	1	4,54%

Faleceu	1	4,54%
Não se sabe	3	13,63%
Total de Baixas de aldeados	22	100%

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Quadro 7 – Motivo de Baixa entre os soldados tapuias da amostra

Motivo	Quantidade	%
Doente	0	0%
Não apareceu em mostra	3	21,48%
Ausente	0	0%
Fugiu	0	0%
Faleceu	1	7,14%
Com licença	9	64,28%
Não se sabe	1	7,14%
Total entre os tapuias	14	100%

Fonte: Documentos de Baixas e Assentos de Patente entre os anos de 1698 e 1699 – Arquivo Histórico do IHGRN.

Sabe-se, portanto, que entre os aldeados a continuidade no serviço não era regra. Há a informação que apenas um fugiu, mas fato é, que na verdade, 16 soldados, dos 22 da amostra, não mais compareceram ao serviço. É importante, no entanto, frisar que estes soldados permaneceram servindo nas tropas por pelo menos 2 anos, visto que as primeiras baixas são de 1701. Alguns outros serviram até 1705. É preciso desenvolver uma pesquisa sobre o que pode ter acontecido neste período que possa ter motivado os indígenas a abandonarem seus postos. O que os teria motivado a continuar até tal data, e a sair no respectivo ano?

Curiosamente entre os tapuias Cariris não há nenhuma fuga. Eles assentaram em 22 de outubro de 1699 e receberam licença em 3 de janeiro de 1701. O que motivou a permanência destes tapuias? Teriam feito outros Cariris de refém, ou o fato de ser tapuia amigo os colocava em uma relação que se mostrava mais importante manter acordos pré-estabelecidos, dentre eles o serviço nas tropas?

Conclusão

A partir da documentação de Baixas e Assentos de 1698 do IHGRN, levantou-se uma amostra de 90 soldados. Dentre estes, 36 eram soldados indígenas. Sabe-se que combateram na Campanha do Assú, e talvez tenham feito parte do Terço dos Paulistas. Por mais que a historiografia a respeito do dito Terço, bem como, da Guerra do Açú, e das trajetórias indígenas, venham sendo bem desenvolvidas, esta pesquisa demonstra a necessidade de aprofundar a discussão, sobretudo no que diz respeito a História Social Militar, ou Nova História Militar, tanto do Brasil, quanto do Rio Grande do Norte.

Afinal, muito do que se inferiu nesta pesquisa, foi feito com base na própria documentação. Como entender a posição social e militar do Capitão Gaspar da Silva, índio-forro da aldeia dos Guajirú, sem antes entender a posição social e militar do posto de Capitão em uma Companhia, quando não se trata do Capitão da Companhia? Foi feita uma breve análise da estrutura hierárquica dos Terços militares, mas é preciso aprofundar a pesquisa para que questões como a posição de Gaspar da Silva, possam ser melhor compreendidas. Além disso, novas questões surgiram no decorrer do trabalho: Poderia Gaspar Silva ter se distanciado de sua comunidade ao adentrar nas Tropas? Seria ele alguma liderança indígena? Teria privilégios por isso? Por fim, a sua alcunha de Capitão, sendo ou não um posto militar, criava conflitos com outras autoridades? Estas são algumas das questões que ficaram em aberto para serem respondidas em pesquisas que em breve serão feitas, para que assim seja possível uma maior compreensão da História Social e Militar do Rio Grande.

Referencias:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmen; SILVA, Tyego Franklin. *Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na capitania do Rio Grande (1680-1710)*. Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, p. 235-49, 2012.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario> Acesado em 13 de maio de 2016.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Recife: UFPE (tese de doutorado), 2005.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba, de Aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. UFF (tese de doutorado), 2010.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial*. Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna." *São Leopoldo: Oikos*, p. 105-118, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Tyego Franklim da. *A ribeira da discórdia: Terras, Homens e Relações de Poder na territorialização do Assu Colonial (1680-1720)*. UFRN (dissertação de mestrado), 2015

SILVA, T. F. *O homem da guerra: Manuel Álvares de Moraes Navarro e a guerra justa na Campanha do Assu*. Historien, Petrolina. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 216-229.